

LÍNGUA FORMAL X LÍNGUA INFORMAL: A DESVALORIZAÇÃO DAS NORMAS POPULARES NA SOCIEDADE

Anderson Rosa da Silva

Edenilson Barreto dos santos

Wolney Dias Morais

RESUMO

A pesquisa enaltece a questão da variação lingüística presente na língua Portuguesa. A p partir dos conceitos de Rodolfo Ilari e Renato Basso, conclui-se que a variação lingüística é um fenômeno natural, levando a falar em variação diacrônica, diatópica, diastrática e diamésica. Após o esclarecimento das variações lingüísticas, levanta-se o conceito de norma, deixando visível sua ambigüidade atualmente. Bagno lança um conceito mais eficaz, que define de forma mais clara o conceito sobre norma. A partir desse esclarecimento ressalta-se a importância das normas populares, através da linguagem utilizada pelos literários do Renascimento e do modernismo brasileiro. Os estudos de Marcos Bagno foram primordiais para o desenvolvimento da pesquisa. Através dos dados coletados em suas variadas pesquisas, foi possível observar como a nossa sociedade faz o uso da língua, com uma grande diversidade na fala. É través das pesquisas de Bagno que é possível assimilar a importância das normas populares. Ele não retira o respaldo da norma padrão defendido arduamente pelos gramáticos, apenas espera o reconhecimento dos gramáticos que a norma popular é algo real e que está presente na fala dos falantes.

PALAVRAS CHAVE

Língua portuguesa, variação lingüística, norma, norma popular, norma padrão.

ABSTRACT

The research sheds light on the question of linguistic variation present in the Portuguese language. Through the concepts of Rodolfo Ilari and Renato Basso, it is concluded that linguistic variation is a natural phenomenon, leading them to speak in diachronic change, diatopical, and diastrática diamésica. After clarification of the linguistic variations arise as the concept of rule, leaving visible the ambiguity today. Bagno a spear but effective concept, which defines more clearly the concept of norm. Marcos Bagno studies were crucial to the development of research. Using data

collected from its various surveys, it was possible to observe how our society makes the use of language, the great variety of dialects of each people. It Through the research of Bagno, it is possible to grasp the importance of popular standards. He does not draw the support of the standard pattern advocated by grammarians hard, just waiting for the recognition of the grammarians that popular norm is real and what is present in the speech of speakers. From this clarification, the study highlights the importance of popular standards, through the literary language used by Renaissance and Brazilian modernism.

KEYWORDS

Portuguese language, language variation, standard, popular rule, standard

1.INTRODUÇÃO

Este artigo pretende fazer algumas observações a respeito da importância das normas populares como Bagno diz “A verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, Portanto a pesquisa consta dados de pesquisas de lingüistas que mostra a presença das variantes lingüísticas desenvolvidas pelos falantes da sociedade”.

A linguística vem tentando mostrar que a língua é heterogênea. A partir das diferenças que existem entre as pessoas quanto ao grau de escolaridade, situação socioeconômica, faixa etária, origem geográfica, etnia, sexo etc. Portanto, a partir dessas diferenças existentes podemos perceber a variedade linguística presente nos falantes. Essa diversidade é o que chamamos de normas populares.

Portanto este artigo pretende o respeito de todos e o reconhecimento das normas populares, como uma realidade vivida na fala dos brasileiros.

2. VARIAÇÃO

De acordo com os estudos de Rodolfo Ilari e Renato Basso, há variação linguística presente na língua portuguesa. Para eles, a variação linguística é um fenômeno normal e destacam a variação diacrônica, variação diatópica, variação diastrática e variação diamésica.

A variação diacrônica se dá através do tempo. Nesse caso, os autores Rodolfo Ilari e Renato Basso em O português da gente, estuda a língua com base na

sua história externa (que diz respeito a maneira como evoluem ao longo do tempo em suas funções sociais e em suas relações com determinada comunidade lingüística) e um história interna (que diz respeito as mudanças que vão ocorrendo em sua gramática- fonologia, sintaxe e em seu léxico. O autor dá como exemplo o uso de gírias, esclarecendo que os paulistas de hoje desconhecem as gírias utilizadas em outra época anterior, como a expressão “ estar de bonde” que significava antigamente como estar com a namorada. Dessa forma, evidencia as mudanças e inovações que vão ocorrendo nas variantes da fala. Com relação a história interna analisam a gramaticalização, isto é, o processo pelo qual uma palavra de sentido pleno assume funções gramaticais. Como exemplo citam a formação do pronome “você”, que remota a vossa mercê, via vosmecê. Era em sua origem uma expressão de tratamento, e hoje é um pronome pessoal, e nessa função suplantou o antigo pronome “tu”, numa grande área do território brasileiro.

A variação diatópica consiste nas diferenças que uma mesma língua apresenta na dimensão do espaço, quando é falada em diferentes regiões de um mesmo país ou em diferentes países. Nesse caso será abordada a questão da variação regional no cenário brasileiro, já que faz parte do tema proposto. Segundo Rodolfo Ilari e Renato Basso a prova que existe a variação regional é que com boa margem de acerto é possível adivinhar a procedência geográfica das pessoas pela maneira como falam e já faz alguns séculos que certas variedades regionais foram claramente identificadas (uma delas é o “paulista”).

Quando se trata da diferença entre o português falado pela parte mais escolarizada da população e pela parte menos escolarizada, está se tratando da variação diastrática. Para dar exemplo da variação popular Rodolfo Ilari e Renato Basso utiliza uma entrevista que fala sobre um menino de Rua de Goiânia, que presenciou um colega ser baleado pela polícia militar, durante uma batida na favela.

2.1 NA ENTREVISTA É PERCEBÍVEL A PRESENÇA CONSTANTE DA VARIANTE POPULAR:

Entrevista sociolingüística com menino de Rua em Goiânia.

Estilo: semimonitorado.

Evento de oralidade.

Pesquisadora: Você quer contar como os policiais mataram o Aduato?

Menino: Nós tava dormino lá em casa, as treis hora da manhã, i os PM chegaro, deu um tiro na porta, pego na perna do “fulano” aí em seguida ez arrebento a porta, aí deu Oto tiro, pego na cabeça do Aauto, ez viro que tinha acertado o Aauto. Falaro: “vamo saí fora que certô o menino aqui”... saiu tudo correno os policiais, aí desci de cima do armário, corri na porta PA vê se eu via o número da viatura déze mas num consegui, voltei lá o Aauto já tava quase parano o coração dele, fiz massage nele, consegui deixá ele vivo mais um pouco, foi eu... foi eu e o “fulano” buscá socorro pra ele.

Pesquisadora: E onde vocês foram?

Menino: Nós fomo nu’ a casa, lá em frente, aí o home deu sistença pra nós.

Pesquisadora: É? Levou o menino pro hospital?

Menino: Levou os dois.

Pesquisadora: Ah, e aí?

Menino: Aí eu fui dormi lá no horto, ai no oto dia que eu vim aqui na Ctedral e contei pro povo aqui, aí fui no hospital c’a tia, aí vi o Aauto lá no CTI.

Através da entrevista conclui-se que a fala do menino representa a variante popular, diferente da fala da pesquisadora, que adquire formas da variante padrão. Os autores Rodolfo Ilari e Renato Basso analisam as diferenças entre a variante padrão e a variante popular

QUADRO DEMONSTRATIVO 1 VARIANTE PADRÃO E A VARIANTE POPULAR

Formas típicas da variante-padrão (Fala da pesquisadora)	Formas típicas da variante não-padrão (Fala do menino)
Os infinitivos terminados em –r	O r final dos infinitivos não é pronunciado: Deixá vivo, buscá socorro
A desinência da 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito é –ou: levou	A desinência da 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito é –ô: pegô, arrebenô
A desinência da 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito é –aram: mataram	A desinência da 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito é- aro: falaro
Aparece a contração (preposição + artigo) pro	Aparecem como contrações de preposições + artigos nu’a, (em + uma), pro (para + o), c’a (com + a)

ILARI, Rodolfo; BASSO, Rodolfo. Português da gente: **A língua que estudamos, a língua que falamos**. 2ª edição. São Paulo, Editora Contexto. 2009.

A variação diamésica é associada ao uso de diferentes meios e veículos. Ela compreende as diferenças existentes entre a língua falada e a língua escrita. Entre o escrito e o falado, há uma diferença irreduzível de planejamento.

3. NORMA

Segundo Bagno (2009.P.38) se existe, nos estudos da língua, uma palavra que se presta a confusão de ambigüidades, essa palavra é norma. Cada teórico tem um conceito próprio de norma, que muitas vezes não coincide com o de outros pesquisadores. Os gramáticos tradicionalistas tratam de norma como um conjunto de regras que a gramática tradicional tenta impor sobre o falante. Eles adotam como norma a padrão, pois, defendem o uso formal da linguagem tanto na oralidade quanto na escrita. Essa imposição da norma padrão vai à contradição com a norma popular presente nos falares do povo brasileiro constantemente.

No dicionário Houaiss da Língua Portuguesa fica evidente a duplicidade de noções contida na palavra norma quando se trata de língua: 4 Rubrica: lingüística, gramática conjunto dos preceitos estabelecidos na seleção de que deve ou não ser usado numa certa língua, levando em conta fatores lingüísticos e não lingüísticos, como tradição e valores socioculturais (prestígio, elegância, estética etc.) 5 Rubrica: lingüística tudo o que é de uso corrente numa língua relativamente estabilizada pelas instituições sociais. (Bagno, A Norma Oculta, 2004. p. 39).

A acepção 4 se refere aos preceitos da gramática normativa, ou seja, a norma padrão, enquanto a acepção 5, diz respeito ao uso real da língua, obtido através da observação da fala dos indivíduos na sociedade, melhor dizendo a norma popular. Mas mesmo sabendo desses dois conceitos de norma, a padrão se prevalece, apesar de não ser a norma adotada pelos falantes do Brasil.

Tudo isso cria o que eu chamo de baixa auto-estima lingüística: os brasileiros em geral têm vergonha ou medo de falar e de escrever em situações um pouquinho mais formal porque acreditam que a língua que eles realmente conhecem não “serve” para essas situações... (Bagno, Português ou Brasileiro? 2009. p. 40)

Quando se impõe a norma padrão como paradigma para a sociedade, elimina totalmente o predomínio das variantes populares existentes de fato. Dessa forma os falantes, que aderem a norma popular, que é a grande maioria da sociedade, sentem-se ignorados. Pensam até que não sabem falar o próprio idioma pelo fato do preconceito estabelecido pelos gramáticos tradicionalistas. Percebe-se que até mesmo os falantes cultos não atendem a norma padrão, já que eles mesmos admitem a variação culta em sua fala.

De um lado, coloco a norma-padrão, que não existe concretamente, que não é falada nem escrita por ninguém em sua integralidade: é só um conjunto de regras, de preceitos, que servem de modelo. Do outro lado, coloco as variedades cultas da língua, que existem de verdade, que são faladas pelas pessoas cultas do Brasil. (Bagnó, Português ou Brasileiro? 2009 Pag. 40)

3.1 Norma Padrão

A norma padrão consiste em obedecer às regras estabelecidas pela G.T, tanto na fala quanto na escrita. Essa norma é aplicada e aconselhada pelos gramáticos, pois tentam criar um paradigma na fala do indivíduo.

A cultura escrita, associada ao poder social, desencadeou também, ao longo da história, um processo fortemente unificador (que vai alcançar basicamente as atividades verbais escritas), que visou e visa uma relativa estabilização lingüística, buscando neutralizar a variação e controlar a mudança. Ao resultado desse processo, a esta norma estabilizada, costumamos dar o nome de norma-padrão ou língua padrão. (Carlos Alberto Faraco, lingüística da norma, pag.40).

Segundo Bagnó não há uma língua que seja invariável. Na sociedade percebe-se uma diferença cultural e social, cada grupo ou comunidades tem seu complexo de variedades. Essa afirmação contradiz a norma padrão, já que ela oferece regras prontas e que não são utilizadas pelos falantes.

3.2 Norma Popular

A norma popular, por sua vez, se define pelos padrões de comportamento lingüístico da grande maioria da população alijada de seus direitos elementares e mantida na exclusão e na bastardia social (Dante Lucchesi, lingüística da norma. p. 87)

No Brasil, a maioria dos falantes faz o uso da norma popular, devido ao uso constante das variações. A variedade apresentada depende das diferenças entre as pessoas em questões como: grau de escolaridade, situação socioeconômica, faixa etária, origem geográfica, etnia, sexo. Levando em consideração esses critérios, é possível definir as variedades lingüísticas de cada grupo social. Portanto, a concepção de erro em linguagem tem um caráter puramente social e não lingüístico, já que esta ciência considera a língua em toda a sua variabilidade e heterogeneidade, não fazendo julgamentos equivocados que discriminam o falante por meio do uso que este faz da sua língua.

Bagno diz que quando se trata de língua só se pode qualificar de erro aquilo que compromete a comunicação entre os interlocutores, portanto desde que os enunciados produzidos pelos falantes sejam compreensíveis, essas formas lingüísticas são perfeitamente aceitáveis, pois cumprem seu objetivo que é a comunicação eficiente entre os indivíduos.

4. O PORTUGUÊS BRASILEIRO

Marcos Bagno lança duas opções que o professor brasileiro tem que optar por ensinar português ou estudar brasileiro.

Ensinar português significa na prática pedagógica tradicional, inculcar um conjunto quase interminável de prescrições sintáticas consideradas “corretas”, impor uma série de pronúncias artificiais que não correspondem a nenhuma variedade lingüística real. (Bagno, Português ou Brasileiro? 2009. p. 9).

Segundo Bagno ensinar é então firmar, afirmar todo o folclore, toda a superstição que gira em torno dos fatos lingüísticos presente na fala do povo brasileiro. Outra opção mais democrática é estudar o português no contexto brasileiro.

Estudar o brasileiro é dar voz a língua falada e escrita aqui, neste país chamado Brasil, 92 vezes maior que Portugal, habitado por uma

população quase 17 vezes mais numerosa. É perceber que todas as línguas mudam, que toda língua é um grande corpo em movimento, em formação e transformação, nunca definitivamente pronto. (Bagno, Português ou brasileiro? 2009. p. 10)

Bagno afirma que estudar o brasileiro é reconhecer que a linguagem é um vasto campo de interesse científico. O essencial é perceber que a língua é um fator coletivo pertencente a todos que a falam. Diante dessas duas opções definidas por Bagno é gerada uma confusão entre gramática e língua. Geralmente, as pessoas pensam que para fazer um bom uso da língua é necessário conhecer as regras impostas pela gramática. Assim Irandé Antunes se pronuncia a respeito desse equívoco entre gramática e língua:

Falar ou escrever não é apenas uma questão de gramática, de morfologia ou de sintaxe, não é apenas uma questão de executar, certo ou errado, determinados padrões lingüísticos. Não é tampouco formar frases, nem sequer junta-las, por mais bem formadas que elas estejam.

Falar ou escrever é ativar sentidos e representações já sedimentados que sejam relevantes num determinado modelo de realidade e para um fim específico; é antes de tudo, agir, atuar socialmente. (Bagno, Português ou brasileiro? 2009. p. 11)

Já que falou sobre a gramática, basta saber como ela esta sendo usada nas escolas. Vale a pena salientar uma questão bastante pertinente, no que tange o âmbito da linguagem, em que a autora Magda Soares relata uma controvérsia gerada no campo escolar que supostamente irá trazer uma perspectiva diferente para os olhos de quem não tinha visto minuciosamente essa propriedade da linguagem tão discutível.

A escola que até então se destinava apenas as camadas socialmente mais favorecidas, foi, dessa forma conquistada pelas camadas populares. Ora, exatamente porque, historicamente, sua destinação eram as classes favorecidas, a escola sempre privilegiou – e a despeito da democratização do ensino continua a privilegiar – a cultura e a linguagem dessas classes” (Magda Soares, Linguagem e escola: uma perspectiva social, p.68)

Segundo Magda Soares Diante da guinada que a escola executou, é válido mencionar a grande oportunidade cedida para essas classes inferiores que

possuíam uma linguagem distinta, mas a partir do advento da escola, as coisas estão mudando de tal forma. Trabalha-se um aprimoramento na variante culta, vindo o choque que há na variante popular que os estudantes trazem das suas comunidades e ao chegar à escola depara-se com uma norma padrão. De fato, é um desafio imenso educá-los de acordo com a norma padrão, repleta de novidades, onde esses estudantes não acostumados a se expressarem dessa forma, mas a escola, de forma alguma, menospreza a cultura e as variantes populares dessas classes inferiores, o importante é instigá-los e atraí-los para essa comunidade escolar que será de grande valia para esses sujeitos. Daí também foi quebrado o tabu de quem só tinha acesso a educação regularizada eram as classes superiores. Com a democratização do ensino todos têm direito a um ensino de qualidade.

Um ensino de língua materna que pretenda caminhar na direção desse objetivo tem de partir da compreensão das condições sociais e econômicas que explicam o prestígio atribuído a uma variedade lingüística em detrimento de outra, tem de levar o aluno a perceber o lugar que ocupa o seu dialeto na estrutura das relações sócias, econômicas e lingüísticas, e a compreender as razões por que esse dialeto é socialmente estigmatizada. (Magda Soares, *Linguagem e escola: uma perspectiva social*, p.78).

De acordo Com Magda Soares, o interesse por uma política que conduzisse o aluno a ter uma visão panorâmica sobre o que acontece em sua comunidade, seria realmente, muito proveitoso, difundido para ele que o seu dialeto sofre um estigma muito forte e explana de diversas formas como isso acontece, induzindo-os a absorver um dialeto que converta essencialmente esse perfil marginalizado. Assim, com a transformação realizada o aluno estará apto para fazer distinções sobre essas duas esferas que possuem as suas marcas dentro de uma sociedade que expresse à variante padrão. A outra esfera inferior sofrerá mais preconceito, isso porque está em meio a uma classe afastada dos princípios étnicos, de uma variante padrão que não estão acostumados.

Assim, ao contrário dos textos orais, o efeito de sentido produzido pelos textos escritos em língua portuguesa a partir da “descoberta” do Brasil, será de legitimidade e de unidade (nacional), exatamente porque esses textos que “criam” discursivamente o Brasil, justamente ao contrário dos outros, constituem-se fora de um confronto, já que a “língua brasileira” pode ser e é ignorada em desacordo com as normas. (Solange Lega Galo, 1996, p. 101)

Enfim, o texto escrito, em sua maioria esconde a nossa identidade, pois, na escrita eles excluem o falar do nosso povo só porque não está de acordo com as normas da gramática. Estabelece-se então, a partir desses fatos, uma relação direta e paradoxal entre norma lingüística e nacionalidade. Quanto mais de acordo com as normas mais correto. Como é possível perceber na fala de Alencar: Marisa Lajolo. In: Eduardo Guimaraes (1996). G “*O povo que chupa o caju, a manga, o cambuçá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronuncia e o mesmo espírito do povo que sove o figo, a pêra, o damasco e a nespera?*”

Trata-se da questão da oralidade, não importa se a maneira como se fala é formal x informal, o importante é que haja entendimento e que os vocábulos tenham significado e espírito, da mesma forma que a norma padrão.

4 A VARIANTE POPULAR EM OBRAS LITERÁRIAS BRASILEIRAS

No Brasil, no século XIX, os escritores do Realismo criaram romances que caracterizaram de verdade o linguajar social, pois refletia neles o falar do nosso povo, sem a preocupação de verificar se as falas estavam de acordo com as normas exigidas pela gramática normativa. Esses escritores desejavam apenas que ocorresse verossimilhança de acordo com a nossa realidade, ou seja, aproximavam seus romances com o que de fato acontecia na nossa sociedade, uma língua espontânea, coloquial, que era normalmente falada a que transmitia o mesmo efeito que a língua culta. Para os gramáticos, esses textos com o uso da variante lingüística, desobedecendo totalmente às regras da gramática normativa não tinham sentido algum. Não aceitavam textos escritos fora dos parâmetros da norma culta.

Verificamos também a importância da variação lingüística em grandes literários. Esses autores pretendem passar para o leitor que para se escrever textos literários é necessário mencionar a língua falada pelo povo. Nilce Martins diz: *A língua de cada escritor é uma fusão, em proporções variáveis, da língua aprendida no meio familiar e social e da que a escola e as leituras ministram.*

Os autores como Rui Barbosa e Monteiro Lobato questionavam a influência nefasta da gramática normativa pela maneira que era ensinada. Para os gramáticos o ideal era o estilo clássico da língua, queriam que o indivíduo se apoderasse de

algo que não fazia parte do cotidiano da sua vida, pois, a maioria da população era analfabeta no século XIX. Nessa época, os grandes autores brasileiros escreveram suas obras utilizando a variação linguística, com uma linguagem espontânea. Dessa forma a linguagem popular falada pela maioria da sociedade era respeitada, sem falar que essa valorizava a nossa nacionalidade, respeitando e aderindo nossa identidade. Nos romances que aproveitam a língua do povo, seja da cidade, do sertão ou das fazendas, é difícil distinguir as expressões populares.

Observamos nos Romances: Memórias de um Sargento de Milícias de Manuel Antônio de Almeida e o Cortiço, de Aluísio Azevedo o uso da variante popular. No Romance Memória de um Sargento de Milícias há predominância da variante falada pelo povo da cidade do Rio de Janeiro. Entre os vocabulários de expressões populares destacam-se: arrenegar (amaldiçoar), banzar (cismar), empacar (parar), lambisgoia (intrometido), xilindró (cadeia), etc. Também há presença de ditos populares, tais como: com a boca na botija (flagrante) e ficar vendo estrelas.

No Romance o Cortiço apresenta o linguajar das camadas mais pobres do Rio de Janeiro reproduzindo conversas, discussões e brigas do painel social. Há termos insultuosos que caracterizam homens e mulheres, adultos, tais como: caco velho (pessoa velha), chubregas (boçal), mulato pachola (Vagabundo).

Outro fator importante da variação é a regional que é ressaltada também nas obras. Procuravam dar uma visão da vida brasileira em diferentes partes do país. Na obra inocência de Alfredo D'Escragnolle Taunay, os regionalismos resultavam da observação pessoal, da real experiência do autor.

Na obra Inocência, na região que tornou como base para cenário do romance (a região sul do Mato Grosso, fronteira com São Paulo, Minas Gerais e Goiás, verifica-se vocábulos com deturpações fonéticas, como: alamão (alemão), avos (alvo), cadê (que é de), inziminar (examinar). Enfim os autores exerciam suas obras respeitando o falar da sociedade, entendiam que a língua podia entrar em um estado de mudança ocorrido pela sociedade.

O modernismo, movimento literário, conta também com o apoio de poetas e escritores que prezaram pela linguagem simples e popular, originária do povo brasileiro. Essa escola literária, busca trazer a verdadeira identidade da nação, livrando-se de costumes e condutas clássicas, herdadas do povo Europeu. Uma grande ferramenta para cultivar nossa verdadeira cultura foi a linguagem. As obras

escritas nesse período apresentam um tom coloquial, expresso por termos populares.

Na obra *Macunaíma*, de Mário de Andrade, publicada em 1928, traz uma nova linguagem literária, através de lançamentos de outras informações culturais, ligadas a popularidade brasileira. Através da cultura e costumes da nação, explorados pela linguagem é um grande ato de nacionalismo.

Guimarães Rosa é um escritor que foi fiel no uso da linguagem em suas obras. Ele a utiliza de forma criativa, incorporando a variação regional. Em suas obras procura inovação, rompendo com os costumes tradicionais em que o narrador fala corretamente e as personagens falam errado. A riqueza da linguagem proposta está presente em neologismos, na recriação e invenção das palavras. Através de travessões, reticências, exclamações, interrogações, vírgulas que separam sujeito e predicado são recursos que indicam liberdade na escrita. Também operou transformações na sintaxe, morfologia e fragmentou a linearidade das frases.

Oswald de Andrade também foi um escritor modernista de grande ressaltado com relação ao aspecto lingüístico das suas obras. Utilizou uma linguagem simples, admitindo erros, contrariando a G.T. No manifesto *Pau-Brasil*, de 1924, torna evidente essa colocação, usando um tom bem ironizante:

Para dizerem milho dizem mio
 Para melhor dizem mió
 Para pior pió
 Para telha dizem teia
 Para telhado dizem teiado
 E vão fazendo telhados.

Carlos Drummond de Andrade também escreveu poemas com base na linguagem coloquial. No poema “*cidadezinha qualquer*” ele ressalta idéias do cotidiano:

Casas entre bananeiras
 mulheres entre laranjeiras
 pomar amor cantar.

Um homem vai devagar.
 Um cachorro vai devagar.
 Um burro vai devagar.

Devagar... As janelas olham.
 Eta vida besta, meu Deus

5 AS NORMAS POPULARES NO PORTUGUÊS

Segundo Bagno(2006. P40) qualquer manifestação lingüística que escape desse triângulo escola, gramática, dicionário é considerada sob a ótica do preconceito lingüístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar,deficiente”. Dessa forma descarta-se a variante popular mencionada por uma boa quantidade de habitantes da nossa sociedade.

No que tange à feição familiar, é de notar o extraordinário número de expressões, construções e modos de dizer antigos na língua, que aí se mantém vivos. Quem já conversou com mineiros de alguma ou muita instrução, nas principalmente mineiros da linha-tronco, sabe quanto ouro velho se guarda na linguagem coloquial dessa gente. (MELO, p. 93)

Segundo Melo, Minas representa o elemento conservador por excelência. Pelo que respeita, tanto a variante culta como a variante familiar ou popular, é lá que parece estar à feição primitiva. Portanto fica clara a questão da predominância das normas populares na língua Portuguesa.

Não há o porquê de o brasileiro ser encarado como não sabe fazer o uso do português. Sabemos que há fatores que fazem com que fiquemos distantes do conhecimento, como: a renda do nosso país que é muito baixa, isso faz com que o cidadão não invista em educação, pois, o país não colabora para a instrução da sociedade. Isso serve de motivo para que a classe privilegiada ao invés de questionar as pessoas humildes da sociedade reflita e crie soluções para que essa camada desfavorecida tenha oportunidade de direitos iguais, principalmente na educação.

Segundo Bagno em Preconceito Linguístico (2006, p.38) se tantas pessoas inteligentes e cultas continuam achando que “não sabem português” ou que “português é muito difícil” é porque essa disciplina fascinante foi transformada numa “ciência esotérica”, uma “doutrina cabalística” que somente alguns “iluminados” (os gramáticos tradicionalistas!) conseguem dominar completamente.

É preciso abandonar esta teoria de tentar o um único local que única comunidade de falantes o “melhor” que para português e passar a

respeitar igualmente todas as variedades da língua que consistem um verdadeiro tesouro precioso de nossa cultura. (BAGNO, 1999, pg. 51).

Há um comentário que em Maranhão é falado o melhor português, mas isso não existe porque o que realmente acontece são as variações lingüísticas. Um professor ao analisar o linguajar do aluno tem que estar atento as mudanças, as variações da linguagem e não questioná-lo por falar palavras que não seguem o léxico gramatical.

A gramática tradicional despreza totalmente os fenômenos da língua oral e quer impor a ferro e fogo a língua literária como a única forma legítima de falar e escrever com a única manifestação lingüística que merece ser estudado. (BAGNO, 1999, p. 57).

No exemplo abaixo Bagno pede para ser observado, o caso da nova gramática do português contemporâneo, de Celso Cunha e Lindley Cintra. Ao definirem o objetivo do seu trabalho os autores declaram, no prefácio:

Celso Cunha e Lindley, Nova gramática do português Contemporâneo, In: Bagno, Preconceito Linguístico, (2006, p. 57) “Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do romantismo para cá”.

É importante para o indivíduo que estude e domine a língua culta, mas deve-se respeitar e acompanhar cientificamente a variação da língua falada. A língua escrita necessita e é dependente da falada, pois, a linguagem é um fator social, construído pelo hábito de falar da sociedade. A gramática normativa tenta garantir a existência de um padrão lingüístico uniforme. Em nossa sociedade não temos, como ter uma língua uniforme se há variações e mudanças da língua perante a sociedade.

Bagno (2006) afirma que “*A mídia poderia ser um elemento preciso no combate ao preconceito lingüístico.*” Infelizmente isso não ocorre, ela é hoje a propagadora do preconceito. Muitos estudiosos, cientistas da linguagem, os responsáveis pelos políticos oficiais de ensino já entendem a variação que há na língua, mas a mídia se opõe, é extremamente conservadora da língua culta.

Muitos programas de rádio e televisão, sites da internet, colunas de jornais e outros meios de multimídia estão cheios de distorções, são feitos por pessoas sem formação científica sobre o assunto. Divulgam textos discriminando os estudiosos da

linguagem, contribuindo para o preconceito. “Entre as expressões destacam-se: O bom português é aquele praticado em determinada região”, “o caboclo fala errado”, “Nenhum brasileiro fala o português corretamente”.

Essas frases são ditas por aqueles que não são conhecedores da variação lingüística. Não entendem que a linguagem varia de acordo com a região em que é falada, por questões de cultura, costumes e classe social. Essa variação afeta a norma culta, criando então, uma modalidade de linguagem para cada situação específica de ocorrência verbal. Isso explica que não há o conceito do certo e o errado no ato lingüístico. Infelizmente, “preconceito lingüístico” é somente uma denominação “bonita” para um profundo preconceito, mas a identidade social e individual do falante.

6 PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E SOCIAL

Bagno usa como dada real o mandato de Luís Inácio Lula da Silva, para mostrar o preconceito lingüístico e social, por parte dos gramáticos a pequena classe elitizada que defendem a norma padrão.

Bagno em *A norma oculta* (2003. P.14) O jornalista Daniel Piza escreveu, no caderno 2 do jornal “O Estado de São Paulo” (24/11/2002): “por que não me ufano: Lula, seus companheiros de PT e grande parte da população maltrataram o idioma cortando o “s” final das palavras e todas as concordâncias que a lógica sintática pede. Que não seja a morte do plural, em nenhum dos sentidos”.

Torna-se evidente que não é apenas um questionamento que se faz a respeito do Presidente Luís Inácio, mas um ato discriminatório. Na medida em que as críticas chegam a ofender o caráter moral e a cultura do indivíduo como falante da variante, parte-se a questão do preconceito social. Nesse caso surgem dois problemas por partes dos defensores da norma culta: rejeição a própria linguagem usada pelos brasileiros e preconceito social contra aqueles que não pertencem a classe de falantes cultos.

Dora Kramer, In *Bagno em A norma culta* (2003. p. 22) “Lula não vê a contradição em discursar pelo incremento da “ Educação neste país, sem fazer uma única homenagem a um simples plural. Sobre a concordância verbal, então, melhor não descer a minudências”.

Diante da colocação da jornalista Dora Kramer, observa-se logo de início uma crítica ao Presidente por seus discursos não conter o uso do plural e concordância. Ao fazer suas colocações não observa as próprias contradições existentes no seu próprio texto, pois, primeiramente entende-se que o plural está inserido nas regras de concordância, então se subentende que não são tópicos distintos. Outro equívoco cometido pela jornalista é perceptível no trecho final da coluna, quando diz o seguinte: Bagno em A norma oculta (2003. p. 22) “Havia receio entre os petistas reunidos sábado passado, no parque do Anhembi em São Paulo, com a possibilidade de vir á público gravações resultantes de grampos em telefones de altas figuras do partido”.

A jornalista Dora Kramer, tão conceituada, é a primeira a questionar o uso inadequado da concordância verbal e nominal, comete o erro pelo qual abomina e ao mesmo tempo usa como crítica contra o Presidente Lula. Percebe-se a inadequação da concordância verbal quando a jornalista menciona “de vi á público gravações”. Se o termo gravações encontra-se no plural, pela regra de concordância verbal, o verbo vir deveria ser flexionado para o plural, ficando dessa forma: “virem á público”. Outro ponto que vai de contra partida contra a gramática normativa é quando ela escreve o uso da preposição “com” vinculada ao substantivo “receio”. Encontra-se presente um erro de Regência. De acordo com a G.T o correto seria associar a palavra receio a palavra quanto.

Bagno afirma que a idéia de verificar os erros de concordância de acordo com a G.T não é fazer o mesmo que a jornalista faz: criticar a todo instante que possível a inadequação dos discursos de Lula. O intuito é tornar claro e evidente que de fato a sociedade brasileira, sua grande maioria não utiliza uma linguagem oral conforme as regras da gramática normativa. É natural o povo brasileiro fazer o uso da variante, não adianta negar a identidade do povo brasileiro. O interessante no caso da jornalista é a contradição apresentada pela própria. Ao criticar a falta de concordância nos pronunciamentos de Luís Inácio, acaba cometendo o mesmo episódio ao qual critica. Preocupou-se tanto em questionar, que não parou para pensar que não tinha embasamento suficiente a respeito do que estava tratando, pois, ela não era nenhuma linguista, nem ao menos especialista em língua portuguesa para fazer esse levantamento.

O que importa com relação a atribuição de um governante nacional é a sua atitude progressista e conhecimento para que possa conter estratégias que

desenvolva o país. Percebe-se que o Presidente Lula apesar de não pronunciar seus discursos de acordo com a G.T, esse fato não fez com que o país entrasse em decadência e não ofereceu danos a educação, pelo contrário,houve um enorme desenvolvimento nacional diante do mundo. É claro que o intuito da pesquisa não é fazer levantamento sobre a política brasileira, mas é necessário utilizar essas informações para romper com esse preconceito lingüístico e social. Portanto utilizam-se esses dados concretos como embasamento para defender a variante popular, pois, não oferece nenhum ato de vergonha e prejuízo para a sociedade.

Segundo Bagno, O que fica percebível diante desses fatos é uma disputa entre a variante e a norma padrão, sendo que os confrontos são sempre provocados pelos adeptos da gramática normativa. O interessante é que se concentra a minoria da população no grupo social dos falantes cultos, e mesmo assim adquirem grande vantagem, pois, apesar de uma porcentagem pequena comparado ao grupo social que utilizam à variante tomam valiosa vantagem quanto ao predomínio da norma padrão nas escolas, e de certa forma, causando mal estar a sociedade.

O erro quanto ao uso da variante não está associado somente ao desvio de regras da G.T, mas principalmente ao nível social do falante. Percebe-se quando um indivíduo de classe baixa, por utilizar excessivamente o uso da variante, conforme aprende em seu meio social é mais ridicularizado pelos falantes adeptos da norma padrão. Diante do desenvolvimento da pesquisa, ficaram comprovados erros nos enunciados pronunciados por pessoas denominadas cultas, mas quando essa situação ocorre não há a mesma repercussão. Nesse caso, o erro só é uma gravidade quando é cometido por um indivíduo simples, de classe desfavorecida sem formação universitária. Melhor dizendo, o evidente é que essa situação está mais para um preconceito social do que para um preconceito lingüístico.

Segundo Bagno,na fala de um indivíduo de elite letrada, os erros são analisados como descuidos e que podem errar porque sabem e dominam a norma padrão, mas ao se tratar de um erro de um falante que não é letrado o bastante é visto pela comunidade letrada como erro crasso e constante. Portanto, não se trata de um preconceito lingüístico já que o parece é uma disputa entre classes, em que os menos favorecidos sempre saem prejudicados.

A classe elitizada preza tanto por uma linguagem oriunda dos padrões da gramática normativa, mas não se preocupam em analisar se as regras propostas por esse padrão são coerentes. Bagno estuda sobre a G.T, analisando suas

controvérsias. Tudo isso faz com que ela seja um instrumento defeituoso para que possa explicar a língua.

A gramática normativa de Cipro & Infante, 1997, p.240, conceitua o artigo como: O artigo indefinido indica seres quaisquer dentro de uma mesma espécie; seu sentido é genérico. Assume as formas um, uma; uns, umas. O artigo definido indica seres determinados dentro de uma espécie; seu sentido é particularizante. Assume as formas o, a; os, as.

De acordo com a nomenclatura proposta pela gramática normativa de (Cipro & Infante, 1997), analisa-se quatro sentenças:

- 1- O homem é mortal.
- 2- A mulher tem sido discriminada desde que o mundo é mundo.
- 3- Dizem que o brasileiro em geral tem ouvido musical.
- 4- Os carros são os maiores responsáveis pela poluição do ar.

Diante das sentenças percebe-se que não estão de acordo com o conceito trazido pela G.T analisada como exemplo. Segundo a gramática normativa citada, o artigo definido tem sentido particularizante, mas não é o que ocorre nos enunciados. Na sentença 1, não apresenta nenhuma particularidade. Quando diz que o homem é mortal, não se trata de nenhum ser em especial, pois, nenhum homem é imortal. Com relação a sentença correspondente a mulher, não se trata de alguma em especial, mas todas as mulheres de forma geral. Na terceira sentença diz que todo brasileiro tem ouvido musical, ou seja, não delimita especificamente o brasileiro. No que diz respeito aos carros, não se trata de nenhum carro específico, ou seja, todos poluem o ar.

Segundo Bagno em Português ou brasileiro? (2009. P.22) Nem por isso vamos descartar totalmente e para sempre a gramática tradicional. Afinal, ela condensa a atividade intelectual de muitas gerações de estudiosos que tentaram investigar o funcionamento da linguagem humana (ainda que parcialmente, pois só usaram como material de análise a língua literária.

7 GRAMÁTICA NORMATIVA X VARIANTE POPULAR

Os gramáticos tradicionalistas querem nos convencer de que a língua falada é relaxada, sem regras e preceitos e que não tem nenhum fundamento gramatical. É evidente que muitos brasileiros não se preocupam com as regras gramaticais durante a comunicação. Para eles, as regras da gramática normativa só são válidas no momento que estiverem diante da escrita de um texto que exijam as normas propostas.

Segundo Bagno em *Português ou brasileiro?* (2009. p. 163), um fato interessante com relação ao Paraguai é que praticamente todos os seus habitantes são bilíngües. Além do espanhol, que é o idioma oficial do país, fala também o guarani, língua do povo indígena mais importante do país. No entanto o uso de cada uma das línguas é bem determinado: enquanto o guarani é usado em casa, para a relação familiar e comunitária, ou seja, para interações informais, o espanhol é a língua das instituições oficiais dos órgãos do governo e da educação formal. Essa diglossia ocorre no Brasil. Apesar do Paraguai ser diferente do Brasil tem uma semelhança na forma de utilizar as duas modalidades da língua. No Brasil, os indivíduos estão acostumados a fazer preferências quanto a linguagem em determinados momentos. Optam pela variante em situações banais, conversas amigáveis, enfim em situações que não é necessário utilizar as normas padronizadas. No entanto, em situações e ambientes formais julga necessária uma linguagem voltada para a norma padrão.

O pensamento de indiferença quanto à linguagem coloquial não é assunto atual, isso ocorre há muito tempo, mas a sociolinguística tem cumprido seu papel de defesa dessa língua espontânea e corriqueira falada pela grande maioria da sociedade. Sabe-se que Ferdinand Saussure realizou um importante trabalho com relação as suas teorias que visavam aproximar a fala em fator da sociedade. Caber também foi outro que desencadeou um importante papel, responsável por teorias e modelos teóricos metodológico em que valorizava a sistematização da variação na língua falada.

Infelizmente a gramática não tem sido aproveitada de maneira adequada pelos educadores. Ela vem sendo utilizada como um padrão em que toda a sociedade deve seguir o seu paradigma porque falar correto é atender as regras gramaticais, pois, a linguagem sem estética nada vale, não tem coerência.

Em suma foi sendo atrelado aos compêndios de gramática um papel de instrumento controlador da língua, ao qual caberia conduzir o comportamento verbal dos usuários pela imposição de modelos ou padrões.

Enfim, a gramática lança para o homem como se deve efetuar sua linguagem, lhe oferecendo inúmeras rezas, padrões, que devem adotar para falar. Dessa forma despreza a linguagem simples, que flui naturalmente nas conversas do cotidiano, dando a entender que o uso da variante linguística que fazemos uso na maioria das vezes em situações informais não é apropriado. Claro que isto não quer dizer que a gramática não tem importância, pelo contrario ela é uma forma de organizar nossa língua, pois, é muito importante para nós e a imagem do nosso país, mas infelizmente os educadores não têm trabalhado adequadamente com a gramática normativa. Eles se perdem a um pensamento que vem sendo executado a muito tempo: deve-se aprender a gramática para saber falar.

Observam-se vários equívocos quanto ao ensino da gramática: língua e gramática são a mesma coisa; basta saber a gramática para saber falar, ler e escrever com sucesso; a norma culta é a única válida., toda atuação verbal tem que se pautar pela norma culta. Enfim são inúmeros equívocos ocorridos, mas esses são as que mais repercutem.

8 CONCLUSÃO

De início, lança-se uma reflexão sobre o ensino da Língua Portuguesa nas escolas, que é a base para conseguir a reflexão da importância das variantes populares, sugerindo medidas adequadas para trabalhar com as normas populares. Em seguida, trata-se da necessidade de respeitar o fenômeno natural da variação linguística, com embasamento das idéias de Marcos Bagno, Dante Lucchesi e outros lingüistas. A partir dessas reflexões, sugere-se respeito e respaldo pelas normas populares.

Segundo Magda Soares, uma boa proposta para acabar com esse preconceito com a língua coloquial seria trabalhar culta. Assim a escola educaria de verdade e combateria o desprezo que ela causa nas aulas, acarretando conseqüências desagradáveis como pensamento negativo sobre a língua português evasão escolar, uma auto-estima baixa para se sentir incapaz de falar corretamente etc.

As críticas relacionadas à gramática normativa e a sua metodologia utilizada nas escolas, devem ser analisadas de tal forma que lancem sugestões e propostas para o ensino da Língua Portuguesa. Não basta somente gerar questionamentos, é necessário adquirir um método eficaz em que o estudo da gramática normativa e a variante sejam trabalhadas.

Uma proposta relevante é trabalhar a educação lingüística nas escolas. Dessa forma eliminaria a idéia de que a língua é estável e estudaria o fenômeno lingüístico no aspecto histórico, social e ideológico.

O professor exercerá um precioso papel nesse novo método de ensino. O gratificante é que o aluno ganhará o reconhecimento de sua verdadeira identidade lingüística. Para atingi esse objetivo é necessário que o educador proporcione no processo de aprendizagem a compreensão social, a história da linguagem, as variações e a arte de expressar-se por gêneros discursivos.

Antigamente o ensino da Língua Portuguesa desenvolvido nas escolas eram apenas com base nas normas gramaticais. Atualmente, essa situação já mostrou melhorias com ajuda da pragmática, lingüística textual e da análise do discurso. Dessa forma a gramática normativa da Língua Portuguesa passa a desenvolver a competência comunicativa do aluno e não mais o manual de regras obrigatórias e corretas. Agora a Gramática tradicional apenas auxilia ao aluno usar as normas propostas em situações necessárias, já que ele possui uma linguagem própria e eficaz um método eficaz que relaciona à gramática normativa a variante é o ensino da gramática normativa contextualizada. O estudo da língua a parti dessa metodologia não se adquire através da análise da frase, mas de todo o contexto e dependendo do enunciado, as palavras podem ser empregadas em um sentido polissêmico. Esse método estuda a língua gramaticalmente, mas atrelado a semântica e a pragmática, que estuda as situações reais que ocorrem diariamente.

A escola deve respeitar a heterogeneidade lingüística presente no Brasil. Não há como colocar na prática de ensino os conceitos da gramática normativa, é preciso um espaço para estudo da variante presente na fala do brasileiro. O reconhecimento da variante no método de ensino nas escolas serviria também para reduzir o preconceito social com aqueles indivíduos de classe desfavorecida, que se julgam incapazes de dominar seu próprio idioma, devido a pressão gerada através do preconceito.

Portanto, para colocar essas práticas de ensino em ação é necessário primeiramente munir o professor de português com uma gramática normativa atualizada, que traga exemplos da linguagem oral e escrita dos brasileiros cultos, mas também os dialetos sociais e geográficos, com o uso freqüente da variante. Seria interessante proporcionar uma formação complementar para que o professor adquira experiência com a nova metodologia aplicada.

Com relação as pessoas, que fazem parte dos grupos de falantes das variantes populares e não são inseridos na prática educacional é uma situação diferente, já que não pode trabalhar as normas populares por não está inserido na escola. Essas pessoas devem alcançar o respeito de todos, já que sua variante popular é fruto de uma cultura e um contexto social. A partir da contribuição de Rodolfo Ilari e Renato Basso, fica claro para entendimento que essa variação deriva de um processo de heterogeneidade da língua. Suas pesquisas, tendo como embasamento a fala das pessoas, retrataram a variante popular, em um cenário de realidade, fato digno para respeito a variante popular. De acordo com as idéias de Marcos Bagno E Dante Lucchesi, foi possível estabelecer os equívocos sobre o conceito de norma. Através dos seus conceitos, a norma popular obtém prestígio pelo fato de norma designar o uso real da língua.

Os autores literários do Renascimento e do Modernismo também contribuíram de forma relevante para o respaldo variante popular. Rui Barbosa, Monteiro Lobato, Manuel Antônio de Almeida e Aluísio Azevedo escreveram romances no período renascentista, com o uso das normas populares com a finalidade de retratar a linguagem utilizada. No Modernismo, a variante popular conta com o apoio de Mário de Andrade, Guimarães Rosa, Oswald de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. Enfim, a literatura de certa forma contribuiu para a valorização das normas populares.

Portanto, a partir dessas colocações no presente artigo, observa-se a necessidade de olhar com outros olhos a questão das normas populares na Língua Portuguesa. Seus falantes merecem respeito e a sociedade de forma geral, inclusive os gramáticos precisam respeitar e aprender a valorizar o fenômeno da variação linguística, um fato que é real e não pode ser ignorado.

SOBRE OS AUTORES:

Anderson Rosa da Silva, Ednilson Barreto dos Santos e Wolney Dias Moraes são graduandos do curso de Letras-Português (2010/2) na Universidade Tiradentes. O presente trabalho é resultado da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação da Prof.^a M.Sc. Vanessa Ponte de Freitas. Emails: anderson17@hotmail.com; edenilsonbarreto@hotmail.com; wolney-rock@hotmail.com.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **A norma oculta**. 5ª edição. São Paulo, Editora Parábola, 2003.

_____. **Linguística da norma**. 2ª edição. São Paulo, Editora Loyola, 2004.

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro?** 7ª edição. São Paulo, Editora Parábola, 2001.

_____. **Preconceito lingüístico, o que é, como refaz**: Lingüística da norma. Edição 47, São Paulo. Edições Loyola, 2006.

CAMERON, Deborah. **Verbal hygiene**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo; URLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e cidadania**: O português falado no Brasil, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. **Língua e cidadania**: O português no Brasil. Campinas, SP. Fontes. 1996

GALLO, Solange Leda. **Linguagem Escrita**: Referencia para a clinica fonoaudiológica. Rio de Janeiro: Editora Plexus, 2003.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Rodolfo. Português da gente: **A língua que estudamos, a língua que falamos**. 2ª edição. São Paulo, Contexto. 2009.

LAJOLO, Marisa. **Oralidade, um passaporte para a cidadania literária brasileira.** São Paulo, Contexto. 2009.

MARTINS, Nilce Sant' Anna. **História da língua portuguesa.** Vol. V. Século XIX, 1988.

MELO, Gladstone **Chaves de. A língua do Brasil.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975. 209 p.

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar a gramática na escola.** Campinas: Mercado das letras, 1997.

SOARES, MAGDA. **Linguagem e escola: uma perspectiva social.** Editora Ática, 2000.

VIANA, Nildo. **Educação, linguagem e preconceito lingüístico.** Plurais. Vol. 01, n. 01. Jul/Dez. 2004.